

Evolução das mortes violentas intencionais no Brasil *

Após o Brasil ter atingido o ápice de MVIs em 2017, houve reduções sucessivas dessas mortes nos anos seguintes. Em 2020, a queda foi revertida e crescimento chegou a 4%

Renato Sérgio de Lima, Samira Bueno e Rafael Alcadipani
21 de julho de 2021

AVENER PRADO/FOLHAPRESS



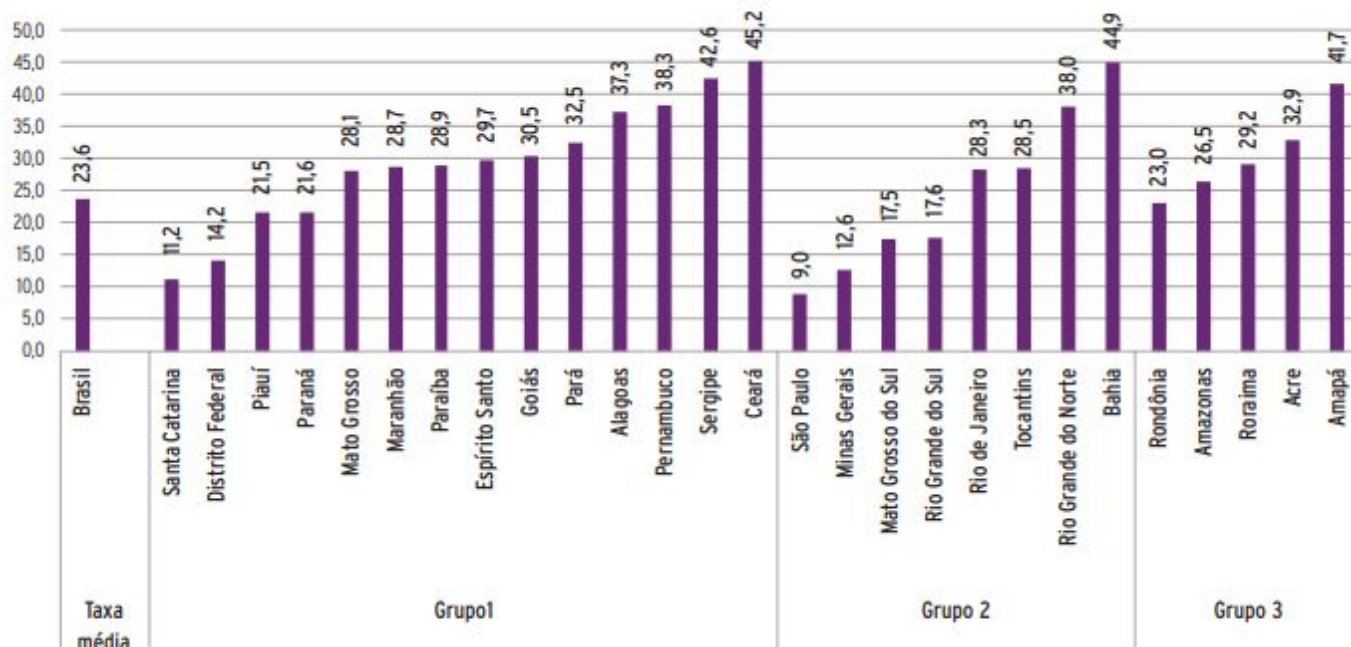
Crime em Osasco: depois de anos de queda, mortes violentas intencionais voltam a crescer

Após o Brasil ter atingido o ápice de Mortes Violentas Intencionais (MVI) em 2017, quando a taxa de MVI chegou a 30,9 para cada grupo de 100 mil habitantes, os anos de 2018 e 2019 foram marcados por reduções sucessivas dessas mortes. Todavia, em 2020, a tendência de queda foi revertida e houve um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. A taxa de mortes violentas intencionais no Brasil foi de 23,6 por 100 mil habitantes em 2020. No ano passado, o país não só teve que conviver com a dor das milhares de mortes por Covid-19, mas com a retomada do crescimento das MVI, categoria que soma homicídios dolosos (83% do total da categoria em 2020), latrocínios (2,9% da categoria em 2020), lesões corporais seguidas de morte (1,3% da categoria em 2020) e mortes decorrentes de intervenções policiais (12,8% da categoria em 2020).

Assim, para tentar compreender dinâmicas nacionais, subnacionais e locais que influenciaram a retomada do morticínio no país, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública atualizou o ranking de Unidades da Federação por grupos de qualidade da informação, que classifica as Unidades da Federação – UF em 3 grupos, sendo o primeiro com as UF com sistemas de registro e divulgação fidedignos e de boa qualidade; o segundo com as UF que possuem sistemas fidedignos, mas que possuem problemas de natureza conceitual na forma como organizam ou divulgam seus dados; e, por fim, o terceiro composto por Unidades da Federação com sistemas que não permitem avaliar, com fidedignidade, se um fenômeno é derivado de um fato de realidade (aumento ou diminuição de crimes) ou de um problema de registro ou divulgação. Os detalhes da avaliação podem ser conhecidos no apêndice metodológico deste Anuário. Mas, aqui, importante destacar que tal metodologia foi desenvolvida para atender demandas antigas de estados que se sentiam prejudicados por investirem em bons sistemas de dados enquanto outros, que não atualizavam e investiam em seus sistemas e/ou na transparência, saíam-se melhor nas comparações subnacionais.

Feita essa nota metodológica, as taxas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes do grupo 1 variam de 11,2 mortes por 100 mil em Santa Catarina até 45,2 por 100 mil no Ceará. No grupo 2, a menor taxa está em São Paulo, com 9 mortes por grupo de 100 mil, e a maior taxa é a da Bahia, com 44,9 mortes por 100 mil habitantes. No terceiro grupo, a menor taxa é a de Rondônia, com 23 mortes por 100 mil, e a maior no Amapá, com taxa de 41,7 – vale destacar que, mesmo com sistemas mais precários, 4 das 5 UF do grupo 3 apresentam taxas superiores à taxa média nacional.

Taxa de MVI por mil hab. Por UF e grupo de qualidade da informação



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PC-MG; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No cômputo geral, o Distrito Federal e 10 estados tiveram redução das mortes violentas intencionais. Amapá foi a que apresentou maior redução na taxa de mortalidade (23,6%), seguido do Pará (20,1%), Roraima (19,4%), Rio de Janeiro (18,4%), Distrito Federal (7,3%), Amazonas (6,2%), Minas Gerais (5,7%), Goiás (5%), Santa Catarina (2,2%), Acre (2,1%) e Rio Grande do Sul (0,3). Aqui, novamente, 4 (AC, AM, AP e RR), de 5 estados do grupo 3 estão entre os com maior redução e, por isso, é preciso cautela na análise dos dados dessas Unidades da Federação.

As demais unidades federativas, 16 no total, tiveram crescimento da violência letal no último ano. Chama a atenção que, após cerca de 20 anos de reduções sucessivas, as Mortes Violentas Intencionais tenham crescido em São Paulo (1,2%). No entanto, o maior crescimento se deu no Ceará, com 75,1% de aumento na taxa de mortalidade em relação a 2019. E, já é consenso, que isso ocorreu pela conjunção de fatores desencadeados pelo motim da Polícia Militar no estado, que desarranjou a cena local da criminalidade e as políticas públicas que estavam em curso e que faziam do estado um dos principais responsáveis pela redução da taxa nacional em 2018 e 2019. Esse processo de desarranjo político das instituições cearense deu margem para os planos de expansão do Comando Vermelho local, que iniciou uma ofensiva sobre os territórios dos Guardiões do Estado – seu maior rival local, e a violência, que estava contida, voltou.

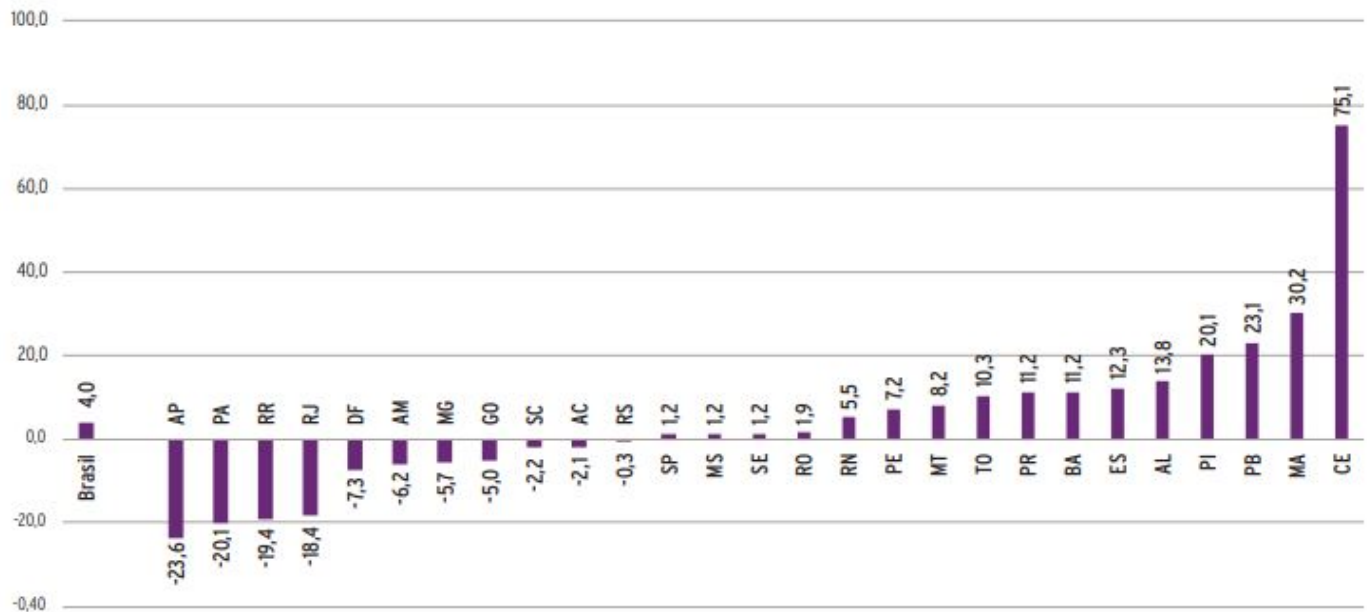
Na sequência, os maiores crescimentos ocorreram no Maranhão, com 30,2%; Paraíba com 23,1%; e Piauí com 20,1%. São várias as hipóteses para tais movimentos. Para alguns analistas, o aumento dos homicídios em 2020 nesses estados possivelmente está vinculado às dinâmicas de grupos criminosos organizados, dada a redução da circulação de pessoas, a redução dos crimes contra o patrimônio no país todo (-26,9% dos roubos de veículos, -25,3% nos furtos de veículo, -27,1% roubos a estabelecimentos comerciais, -16,6% roubos a residência, -36,2% roubo a transeunte). Por outro lado, no contexto da pandemia e isolamento social houve piora das condições econômicas e crescimento do desemprego, bem como piora da saúde mental da população, que podem indiretamente agravar a curva da violência letal.

Também existiria a influência de variáveis socioinstitucionais. Parcela das polícias entende que a liberação de presos em virtude da pandemia, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não foi feita de forma criteriosa e, por conseguinte, foram soltos presos de todo tipo de periculosidade, inclusive membros de facções, homicidas, traficantes, entre outros. Isso, na visão de policiais, provocou desequilíbrios, aumentando instantaneamente a demanda que normalmente as polícias enfrentavam. A curva ascendente na taxa de homicídios no Piauí, por exemplo, coincide com esse período de soltura. Porém, de acordo com a Pesquisa "Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil", também publicada pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, neste mesmo período, o Brasil teve 29,5% do efetivo dos profissionais da segurança pública (policiais, bombeiros militares e

guardas municipais) contaminado pela Covid-19, gerando afastamentos e licenças médicas. Afinal, as forças policiais estaduais foram duramente afetadas pela Covid-19 e tiveram suas capacidades operacionais enfraquecidas.

Entre os preditores da letalidade, não é possível esquecer o crescimento expressivo do número de armas em circulação. Esta edição do anuário estima que teríamos 1.840.822 armas nas mãos de cidadãos comuns do Brasil em 2020. Apenas no SINARM, o registro de posse de armas cresceu 100,6% desde 2017; os dados do Exército também mostram crescimento do número de registros de CAC (caçadores, atiradores e colecionadores) da ordem de 29,6. Os registros de armas cresceram 97,1% apenas de 2019 para 2020, com 186.071 novas armas apenas no sistema da Polícia Federal, e duplicaram-se as autorizações para importação de armas longas, chegando a 7.625 novas armas apenas em 2020.

Variação da taxa de MVI, por UF e Brasil, 2019-2020



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PC-MG; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Todos os estados do nordeste apresentaram crescimento das mortes violentas intencionais no último ano, aumento de 21% na região. É verdade que, já em 2021, Ceará e Paraíba têm apresentado novos ciclos de redução de seus índices, mas será preciso aguardar para se ter um panorama mais sólido no que diz respeito às tendências observadas. De modo geral, os estados da região vinham de quedas consistentes nos dois anos anteriores, quando a taxa regional de mortalidade violenta intencional no Nordeste passou de 47,7 em 2017 para 31,9 mortes em 2019. Mas em 2020 todos os estados tiveram crescimento da violência letal e a taxa média regional voltou a 38,4, a mesma do ano de 2012.

Nacionalmente, entre as UF que conseguiram reduzir suas taxas de MVI, o Acre, em 2020, foi marcado pela consolidação da supremacia do Comando Vermelho, que dominou o estado e reduziu, com isso, as disputas com outros grupos pelas rotas do tráfico internacional. Adicionalmente, não se pode descartar a melhoria da política de segurança em relação a integração de inteligência entre agências levada a cabo no estado. Já no Pará, o Comando Vermelho também tem se colocado como grupo hegemônico, reduzindo confrontos. Também é destaque que houve investimento na política de segurança e, em especial, na prisão de milicianos, o que acaba por fortalecer a posição de comando e controle da figura do governador. O Pará também enfrenta o problema das milícias e, ao enfrentá-lo, sinaliza que a segurança pública exige políticas consistentes de depuração institucional.

Agora, em termos de políticas ou fatores nacionais, vale ressaltar que a lei que criou o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP completou três anos em junho de 2021 sem que seus principais mecanismos de governança e indução de mudanças tenham sido implementados. Concebido em 2003 para redefinir as regras de funcionamento do complexo e arcaico modelo de organização da área no país, o SUSP só conseguiu ser transformado em lei 15 anos depois, em 2018, após a proposta original ser desidratada em seus pontos mais polêmicos e que falavam de reestruturação de carreiras, nova pactuação federativa, entre outras.

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

A aprovação do SUSP visava reagir ao ápice de crimes que fez 2017 o ano mais violento da história do Brasil. O SUSP foi a forma encontrada para dar mais eficiência e integrar ações. Para tanto, o relator do PL aprovado, o ex-deputado Alberto Fraga (DEM/DF), recorreu a um dos poucos consensos que unem policiais, sociedade civil e autoridades estaduais e federais, sejam de direita, centro ou esquerda. Todavia, tudo o que foi construído em 2018 foi negligenciado pela gestão Bolsonaro. No plano político, o presidente

Bolsonaro não está preocupado com a cooperação ou eficiência técnica do trabalho policial. Ao contrário, tem estimulado a ampliação de padrões operacionais pautados no confronto e na guerra (ampliação da excludente de ilicitude, elogios a operações com resultado morte). Bolsonaro também estimulou o confronto com governadores (o apoio ao motim da PM no Ceará, em fevereiro de 2020, é talvez o maior exemplo) e a radicalização ideológica de policiais. Há uma convergência entre a visão de mundo de seu governo e àquela majoritária entre os policiais brasileiros, tema que já foi explorado na edição 2020 do *Anuário*.

No plano da gestão, Sergio Moro, que foi acusado por Alberto Fraga de nada conhecer de segurança pública, simplesmente abandonou o SUSP e quase nada fez para implementar a nova lei. Já o ministro André Mendonça adotou uma nova tática e, de forma sempre muito cortês com secretários, policiais e governadores, transformou o SUSP em uma prateleira de produtos e soluções tecnológicas financiadas pelo governo federal. Mas o ministério não avançou no principal objetivo do Sistema, ou seja, na repactuação da relação federativa. Simbolicamente, o MJSP criou logomarca do SUSP sem nenhuma menção às Unidades da Federação e suas polícias. Só ao Governo Federal.

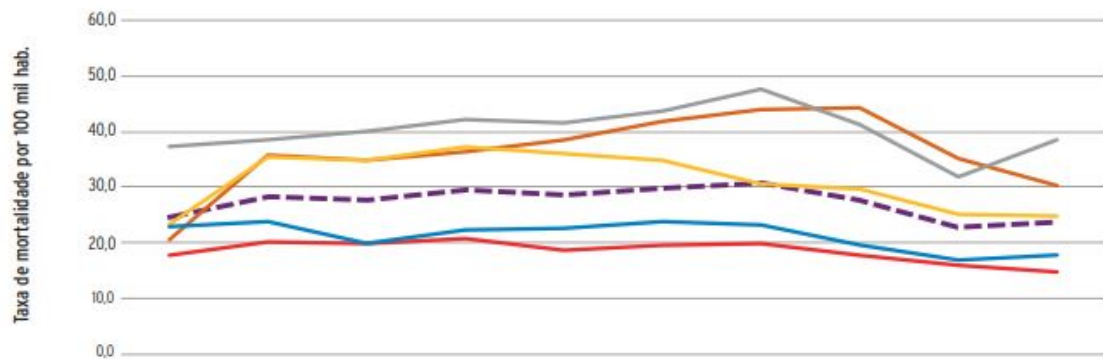
Anderson Torres, por fim, assume o ministério e não muda a forma de implementação do SUSP. Contudo, ciente da urgência de se reaproximar de sindicatos, associações de policiais e parlamentares, tem dedicado boa parte de sua agenda no diálogo com tais entidades e na tentativa de transformar as prioridades do governo federal nos novos consensos da área. Só que, nesse movimento, o SUSP também foi se transformando no cavalo de Tróia do bolsonarismo. Para se ter uma ideia da dificuldade cotidiana de implementação do SUSP, até fevereiro de 2021, Amazonas, Pará, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro não tinham planos estaduais de segurança pública e defesa social, condição legal para continuarem a receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Mas, o mais emblemático da falta de prioridade, é que as outras 22 Unidades da Federação têm planos, mas somente Acre, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Sergipe formalizaram os seus documentos junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e estão, tecnicamente, aptos a receber os recursos do FNSP. Não há diálogo com outras 17 UF para, em uma comunicação simples, formalizar os planos estaduais.

E isso ocorre, na prática, porque a gestão Bolsonaro está aproveitando o seu alinhamento ideológico com policiais e o temor que os governadores têm de suas polícias para tentar fazer de seu projeto político sinônimo de modernização “técnica” da segurança. Ela usa o SUSP para concentrar poderes (produz dossiês de inteligência contra policiais e professores que pensam diferente e/ou tenta adquirir softwares espões como o Pegasus, que monitora de modo invasivo e sem supervisão, alvos selecionados) e assim justificar a razão pela qual não coloca em prática as novas instâncias deliberativas previstas na lei que democratizam e mudam a forma de se implementar políticas de segurança pública. Mesmo o crescimento das transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para as Unidades da Federação, que é alardeado como uma ação do governo federal, é, na verdade, uma herança recebida do Governo Temer, que em 2018 alterou as regras das Loterias da Caixa para que a segurança pública recebesse repasses oriundos dessas apostas. Em 2020, quase todo o dinheiro transferido às UF veio da Caixa, que repassou cerca de 1,56 bilhão para o FNSP e outros R\$ 170 milhões para o Fundo Penitenciário Nacional. O Governo Bolsonaro não inovou em nada na segurança pública.

Análise regional

Em termos regionais, o gráfico 3 apresenta os números da última década de mortes violentas intencionais no país com as taxas médias por região e para o Brasil. Nele, é possível constatar que a taxa de mortalidade em 2020 regressou aos patamares de 2011, após o pico de violência letal nos anos de 2016 e 2017. Mas é nas regiões nordeste (38,4), norte (30,2) e centro-oeste (24,8) que as taxas médias de MVI em 2020 são superiores à taxa média nacional. As regiões sul (17,6) e sudeste (14,6), esta última que liderava as taxas de violência na década de 1990, tiveram taxas abaixo da média nacional em todos os anos da última década. Na série histórica, a região com maior crescimento da taxa de Mortes Violentas Intencionais no período é a Região Norte, que em 2011 tinha uma taxa de 20,5 MVI para cada grupo de 100 mil habitantes e, em 2020, saltou para 30,2, em um crescimento de 47,3%.

Evolução da taxa de MVI, Brasil e regiões. 2011 a 2020.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	24,5	28,2	27,8	29,5	28,6	29,9	30,9	27,6	22,7	23,6
Norte	20,5	35,7	34,7	36,3	38,5	41,8	43,9	44,4	35,0	30,2
Nordeste	37,3	38,4	39,9	42,2	41,5	43,6	47,7	41,4	31,6	38,4
Centro-oeste	23,1	35,5	34,8	37,2	36,1	34,9	30,5	29,7	25,2	24,8
Sudeste	17,8	20,1	19,8	20,7	18,7	19,5	19,8	17,6	15,8	14,6
Sul	22,8	23,8	20,0	22,3	22,6	23,9	23,1	19,6	16,8	17,6

■ Brasil
 ■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Centro-Oeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PC-MG; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Amazônia Legal

Um outro dado que chama bastante atenção é que, na Amazônia, os dados sobre MVI para cada Unidade da Federação, analisados anteriormente, se conectam às redes de narcotráfico e desmatamento mapeadas pelo projeto “Cartografias da Violência na Amazônia”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com a UEPA e o Instituto Clima e Sociedade – ICS. O mapa 1 destaca como os diferentes modais de transporte da região são utilizados no crime organizado e como há uma sobreposição territorial de diferentes ilegalidades e violências. Narcotráfico, desmatamento, grilagem de terras ou garimpos ilegais são tipos de ilegalidades que, no mundo formal, demandariam a atenção de diferentes agências de fiscalização e controle, incluindo as polícias. Mas, ao não atuarem de forma integrada e existir fricções federativas e entre órgãos de Estado, não surpreende que muitos dos pontos identificados no mapa 1 sejam exatamente aqueles locais/municípios com maiores taxas de Mortes Violentas Intencionais. Na disputa por quem tem a competência legal para atuar em território, o que estamos vendo é que brechas são criadas pela falta de governança e coordenação. E tais brechas têm sido utilizadas pelas redes de ilegalidades que, muitas vezes, essas sim, estão conectadas e atuando de forma articulada.



Isso fica ainda mais patente no Mapa 2, que detalha as apreensões de madeira ilegal, a disposição das unidades operacionais do Exército Brasileiro e os efetivos policiais na região. Se olhado em perspectiva com o mapa 1, temos que o crime violento na região tem se aproveitado das brechas de governança do sistema de proteção da Amazônia e que hoje, no debate sobre a região, é preciso aprofundar o conceito de “soberania verde”, proposto por Ana Toni e Izabella Teixeira, e que tenta articular o debate sobre o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável com a necessidade de se repensar a forma de se garantir a plena soberania do território brasileiro, hoje comprometida pelas redes internas e internacionais de criminalidade organizada. A Amazônia estaria convivendo com um fenômeno já observado nos grandes centros urbanos do país, que consiste da ampliação do controle territorial por facções de base prisional e por milícias, que exploram diferentes redes de ilegalidades, mas o foco do debate tem sido deslocado por falsas oposições entre desenvolvimento sustentável e soberania.

Mapa síntese - Registro de apreensão de madeira ilegal na Amazônia no período de 2015 - 2020, Desflorestamento no ano de 2020, Territórios indígenas, Unidades de Conservação e efetivos de policiais civis e militares em 2019.

